

**Orçamento e
Grandes Opções
do Plano**

Ano 2016

Outubro 2015

Enquadramento estratégico

A atividade municipal dos dois primeiros anos de mandato, tem sido desenvolvida e marcada por um novo paradigma, não só na sequência da mudança de executivo em resultado do último ato eleitoral, mas acima de tudo porque no centro das nossas preocupações passou a estar o apoio social às famílias que mais precisam e às classes mais vulneráveis, infelizmente em número crescente neste concelho, tendo sido o ano de 2015, um ano em que muito se alocou ao apoio e dinamização de protocolos com IPSS's para dinamização do emprego, ou melhor assumindo, minimização dos impactos do flagelo de muitas famílias vítimas de desemprego, nalguns casos absoluto.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, na senda do elaborado para 2015, exige inovação e uma verdadeira engenharia financeira, em muito condicionada pela forma de apuramento da receita previsional, em especial no que se refere às receitas provenientes da venda de bens de investimento, que por força do preceituado no artigo 253º da Lei n.º83-C/2013 de 31 de Dezembro, apenas permite inscrever como previsão de receita desta natureza o valor correspondente à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses, com a venda de bens de investimento.

Ora, este Município, detentor de um grande ativo em Imobilizado Corpóreo, resultado do investimento contínuo ao longo dos últimos anos, vê-se agora prejudicado, por não ter no seu histórico vendas de ativos, por nunca ter necessidade para o desenvolvimento da sua atividade.

Este paradoxo, condiciona em muito, o desenvolvimento de projetos em curso, ou agora sonhados e sentidos como imprescindíveis para Castro Marim.

Por outro lado, no biénio 2015-2016 opera a transição de Quadro Comunitário de Apoio, sabendo-se que os projetos aprovados e em execução têm que estar obrigatoriamente física e financeiramente nele terminados, o que só por si, determina a sua prioridade máxima. No que se refere aos novos fundos, a árvore da sua distribuição assenta numa lógica completamente distinta dos quatro quadros comunitários passados, exigindo a elaboração de planos sectoriais e mapeamentos de investimentos, numa fase ulterior à abertura de qualquer aviso público para concurso ao fundo disponível. Para já, este executivo já enquadrou uma vasta carteira de projetos e intenções no PADRE – Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos; no PAMUS – Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável; no Plano de Capacitação da Administração Local; no DLBC Rural e DLBC Litoral; e, inicia agora os trabalhos para elaboração de um Plano de Ação de Regeneração Urbana, tudo perspetivando

investimentos possíveis e de interesse municipal, no horizonte 2020. Portanto, 2016, será um ano em que se poderão adivinhar a abertura de alguns avisos para materializar candidaturas, cujas regras da elegibilidade ainda não são conhecidas.

Propõe-se o executivo municipal ao arreigamento de uma política social ativa, resultado da experiência passada, e que se traduzirá numa proposta de alteração do regulamento em curso, por forma a afinar o espectro dos apoios quer na área social, saúde, educação e/ou empregabilidade.

Por estes motivos e por todo o contexto socioeconómico que nos atravessa, temos consciência que hoje, os recursos disponíveis, para a execução de todos os projetos planeados, desenvolvidos e consensualizados ao longo dos anos, para além de muito mais limitados, exigem assim hierarquização de prioridades. Alguns dos equipamentos e obras estruturantes inscritos ao longo dos anos nos Planos Plurianuais de Investimento, assumem-se como projetos estruturantes em carteira, mas sem compromisso financeiro, passando-se à sua orçamentação, logo que haja uma alteração positiva no apuramento da receita, agora, previsional.

Impera a criatividade, vontade e solidariedade na gestão daquilo que está à nossa guarda, e em especial na dinamização dos equipamentos entretanto construídos e reabilitados, desde a Casa de Odeleite, Moinho das Pernadas, Castelo, Revelim de Santo António, Biblioteca e Casa do Sal, através de captação de novos públicos e a criação de rotas turísticas, à responsabilidade da Empresa Municipal NOVBAESURIS.

No cartaz cultural, procuraremos manter toda a programação afirmada ao longo dos anos, com a consciência plena, de que os Dias Medievais em Castro Marim, são a marca cultural mais internacional de que dispomos e queremos potenciar e que face à experiência de 2015, obrigam a uma maior racionalização de ativos e otimização de rendimentos.

Este orçamento e plano plurianual de investimentos, resulta de um processo de construção partilhada, onde acima de tudo estão as preocupações com a ação social e a intervenção comunitária, na esperança de, num futuro próximo, podermos reafectar essas verbas para outros investimentos.

Reafirmamos a consciência que a ultrapassagem deste período depressivo passará pela retoma da economia e nós, câmara, não devemos ser um obstáculo ao investimento, mas sim, pelo contrário, devemos ser uma entidade facilitadora e apoiante ativa das empresas geradoras de riqueza e de emprego.

O abastecimento de água a toda a população é um desígnio prioritário deste município. Tal como o bom estado das suas estradas, a limpeza das suas ruas e a requalificação dos seus espaços urbanos. Também será importante a criação de infraestruturas básicas de apoio ao desporto, à educação, à saúde, à cultura, ao lazer e à 3ª idade.

Desenham-se agora projetos importantes, como seja a Praia Fluvial de Odeleite, alargamento da queijaria do Azinhal, pavimentação de arruamentos na vila de Castro Marim, em Monte Francisco e Junqueira, cais da Foz de Odeleite e Almada D'Ouro, o largo Paco de Lúcia em Monte Francisco, uma limpeza e recolha mais eficazes de resíduos sólidos urbanos, a manutenção de caminhos agrícolas transitáveis e aberturas de novos, melhorar as condições de funcionamento das oficinas municipais e tornar os serviços mais operacionais, reforçar o apoio à educação e consubstancialmente às famílias com a aquisição dos manuais escolares para o 1º ciclo, a conclusão do Lar de Altura, pela Associação Cegonha Branca, assim como a criação do Lar de Alzheimer em Castro Marim, pela Santa Casa da Misericórdia, serão obras de grande importância, que embora não sejamos o dono da obra, seremos um parceiro ativo e colaborante, entre muitos outros sonhos e vontades para Castro Marim, mas bitolados, pelas restrições e conjuntura socio-político-económica.

Continuaremos a tentar resolver os intrincados e embrulhados processos em que se encontram algumas urbanizações, como a Retur, a Lupamar, que caso consigamos encontrar as soluções, serão importantes polos geradores de riqueza e emprego.

Por outro lado também esperamos, e estamos a fazer tudo por isso, que a iniciativa privada desenvolva os projetos Verde Lago e Quinta do Vale.

Continuaremos sempre disponíveis para ouvir os nossos munícipes, seja nos debates temáticos que continuaremos a realizar, no meu gabinete, nas reuniões de câmara ou da assembleia municipal, nos eventos, nos mercados, na rua, nos cafés, no facebook, etc.

A minha disponibilidade é total. Só assim nos inteiramos dos problemas dos castro-marinenses. "Enterrar a cabeça na areia", não é comigo...

Julgo estarmos perante um orçamento realista, com os "pés assentes na terra", sem megalomanias e sem sonhos irrealizáveis, que acode a situações que requerem "tratamento urgente" porque no fundo o mais importante de tudo é tornar a vida dos nossos munícipes menos custosa e com mais qualidade de vida. No fundo é esse o desígnio dos autarcas eleitos.

Uma palavra final de reconhecimento a todos os que colaboraram na elaboração deste documento, desde os presidentes das juntas de freguesia, a todos os membros do executivo e assembleia municipal, aos dirigentes associativos e de coletividades e aos técnicos desta Câmara Municipal.

Apesar das dificuldades, tudo continuaremos a fazer para tornar a vida dos castro-marinenses menos difícil, mais agradável e acima de tudo mais solidária, abraçando toda a iniciativa privada que quiser apostar os seus investimentos em Castro Marim, no estreito cumprimento da política definida para o concelho.

1 - RECEITA:

Em relação aos seguintes capítulos:

- 01 - Impostos diretos;
- 02 - Impostos indiretos;
- 04 - Taxas, multas e outras penalidades;
- 05 - Rendimentos da propriedade;
- 07 - Venda de bens e serviços correntes;
- 08 - Outras receitas correntes.

A receita foi calculada tendo por base o que vem estabelecido nas regras previsionais da alínea a) do ponto 3.3.1., do POCAL, que a seguir se transcreve:

“a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações dos impostos, bem como dos regulamentos das taxas e tarifas que já tenham sido objecto de deliberação, devendo-se, então, juntar ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaborados para determinação dos seus montantes;”

Em relação ao **capítulo 01** Impostos diretos, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas, com carácter residual, pela importância de 10€:

- 01020701 – Contribuição Autárquica
- 01020702 – Imposto municipal de sisa
- 01020703 – Imposto municipal sobre veículos
- 01020799 – Outros impostos abolidos
- 010299 – Impostos diretos diversos

No que concerne à previsão de receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, foi tido em conta o valor arrecadado em 2014/2015, como previsão para 2016, uma vez que, devido à avaliação dos prédios urbanos efectuada em 2012 pela Direcção Geral de Contribuições e Imposto, houve um acréscimo significativo na receita arrecadada em 2013 e 2014. Acréscimo esse que ainda foi limitado pelo regime de salvaguarda, que se encontrava estipulado no art.º 15º - O, da Lei n.º 60-A/2011 de 30 de Novembro.

No **capítulo 02** Impostos indiretos, propõe-se a inscrição da seguinte rubrica, com carácter residual, pela importância de 10€:

- 0202069902 - Taxa de depósito da ficha técnica da habitação.

Esta rubrica, inclui as receitas da cobrança da taxa de depósito da ficha técnica da habitação, cobrada pelos municípios no âmbito do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, no caso de ser paga por uma unidade empresarial.

Ainda no **capítulo 04**, foi inscrito na rubrica 04.02.99 Multas e penalidades diversas, para além do valor médio cobrado nos últimos 24 meses, o valor de 1.180.282,58€, resultantes da aplicação de multas, no decorrer da execução de algumas obras municipais, cujos processos decorrem os necessários trâmites legais.

Foi ainda inscrito neste capítulo com o valor residual de 10€ a seguinte rubrica:

- 04.02.04 - Coimas e penalidades por contraordenações

No **capítulo 05** – Rendimentos de Propriedade, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas com um valor residual de 10 €.

- 05.10.01 – Rendas - Terrenos
- 05.10.03 – Rendas – Habitações

Por sua vez, no **capítulo 07** Venda de bens e serviços correntes, propõe-se a inscrição das seguintes rubricas com valor residual de 10 €:

- 07010805 – Chapas de Matricula - Solípedes
- 070207 – Alimentação e Alojamento
- 0702080301 – Serviços Culturais – Turismo Superior

Em relação às transferências correntes e de capital, ou seja capítulos 06 Transferências correntes e 10 Transferências de capital, as regras previsionais, definidas no POCAL, referem o seguinte:

“b) As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efectiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, excepto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações; “

“c) Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, até à publicação do Orçamento do Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, a considerar neste último orçamento, não podem ultrapassar as constantes do Orçamento do Estado em vigor, actualizadas com base na taxa de inflação prevista; “

Considerando, que à data de elaboração do presente orçamento não está aprovado o Orçamento do Estado para 2016, não sendo portanto conhecidos os respetivos montantes, propõe-se inscrever os valores inscritos no Mapa XIX – Transferências para os Municípios, publicados através do Orçamento do Estado para 2015:

- FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
 - Corrente – 2.670.084€
 - Capital – 296.676€
- Fundo Social Municipal (Corrente) – 111.848€
- Participação fixa de IRS (Corrente) – 176.341€

Na rubrica 06030199 Transferências provenientes da Administração Central – Outras, assume maior expressão as receitas provenientes de protocolos e compromissos estabelecidos com a Direção Geral do Estabelecimentos Escolares do Algarve, no âmbito da educação, bem como receitas provenientes de candidaturas ao Instituto de e Emprego e Formação Profissional. Assim no âmbito da educação temos:

- Atividades de Enriquecimento Curricular
- Acordo de Colaboração da Educação do Pré-Escolar (Auxiliar de Educação + Refeições + Prolongamento)

- Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1.º Ciclo de Ensino Básico
- Transportes Escolares
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

No que respeita às receitas provenientes dos fundos comunitários, foram inscritos os valores a receber no próximo ano 2016, de acordo com a programação financeira das candidaturas em execução, nomeadamente:

FEDER - Capital

Programa	Designação do Projeto	Obra/Empreitada	A RECEBER
			2016
INTERREG III-A	CIDDSOL	Espaço Multiusos do Azinhal	16 580,24 €
	TEE 3	Área de Negócios do Sotavento Algarvio: Aquisição de Terrenos; Projecto de Execução das Infra-estruturas; Promoção e Difusão	62 880,88 €
POCTEP - 1ª Convocatória	PIDETRANS	Pólo Incubador de Empresas	40 089,59 €
	BG DESPORTO	Equipamentos para o Parque Aventura do Baixo Guadiana	8 072,85 €
	GUADITER	Empreitada de "Espaços Exteriores do Largo Santo António e do Largo da Conceição"	8 247,77 €
	ANDALBAGUA	Empreitada de "Requalificação do Espaço Público de Almada D'Ouro"	147 933,47 €
POCTEP - 2ª Convocatória	G+A	Empreitada de "Requalificação do Espaço Público da Foz de Odeleite"	3 777,13 €
	UADITURS	Conservação e restauro da Igreja de Santo António + Outras Prestações de Serviços	5 250,00 €
	TAG	Construção e Ordenamento de Edifício do Centro de Apoio às Atividades Desportivas Radicais	125 638,20 €
PO ALGARVE 21	Reequipamento estratégico da Proteção Civil do Algarve	Equipamento para base de apoio distrital e Veículo de Comando Tático	11 660,88 €
	CRM - Gestão de Relacionamento com os Municípios	CRM - Gestão de Relacionamento com os Municípios	5 132,33 €
	E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde/Furnazinhas	E.M. Altura - Furnazinhas - Troço Eira Verde/Furnazinhas	95 898,53 €
	Modernização Administrativa Castro Marim	Modernização Administrativa Castro Marim	91,58 €
	Melhoria da EEIP no concelho de Castro Marim	Melhoria da EEIP no concelho de Castro Marim	11 334,27 €
INTERREG III-B	ATLMEDIEVAL	Dias Medievais	3 351,33 €

Fundo de Coesão - Capital

Programa	Designação do Projeto	Obra/Empreitada	A RECEBER
			2016
POVT	Infraestruturas de Abastecimento de Água a Malhão, Monte Eucalipto e Maravelha	Infraestruturas de Abastecimento de Água a Malhão, Monte Eucalipto e Maravelha	10 248,43

OE - PIDDAC

Programa	Designação do Projeto	Obra/Empreitada	A RECEBER
			2016
Contrato-Programa	Biblioteca Municipal de Castro Marim	Diversos	276 252,00

FUNDO EUROPEU DAS PESCAS (FEP) Capital

Programa	Designação do Projeto	Obra/Empreitada	A RECEBER 2016
PROMAR	Museu do Sal	Construção da Casa do Sal e do Armazém do Sal	79 091,74
	Modernização do Mercado de Altura	Modernização do Mercado de Altura	224 389,34
	Valorização/Requalificação da zona costeira do concelho de Castro Marim	Aquisição de equipamentos para limpeza de praias	61 852,50

Com carácter residual, propõe-se inscrever a importância de 10€, nas seguintes rubricas:

- 06030601 – Feder
- 06030602 - Fundo Social Europeu (Corrente)
- 060501 - Administração local – Continente.
- 10030104 – Cooperação Técnica e Financeira
- 10030199 - Outras
- 10030702 – Feader
- 100308 – Serviços e Fundos Autónomos
- 100501 - Continente

No **capítulo 08** – Outras receitas correntes, encontra-se inscrito o valor de 502.335,00€, referente ao acionamento de garantias referentes à conclusão das infraestruturas da Urbanização da Quinta do Cabeço – LUPAMAR.

No **capítulo 09** – Venda de bens de investimento, seguiu-se de acordo com o preceituado no artigo 253º da Lei n.º83-C/2013 de 31 de Dezembro, inscrevendo-se como previsão de receita nesta rubrica apenas o valor correspondente à média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses, com a venda de bens de investimento.

Com carácter residual propõe-se a inscrição das seguintes rubricas, com o valor de 10€:

- 090101 – Venda de Bens de Investimento – Terrenos – Sociedades e quase-sociedades não financeiras;
- 090110 - Venda de Bens de Investimento – Terrenos – Famílias
- 09040101 - Venda de Outros Bens de Investimento - Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Equipamento de Transporte;
- 09041001 – Venda de Outros Bens de Investimento – Famílias – Equipamento de Transporte;

Em suma, em termos de receita temos:

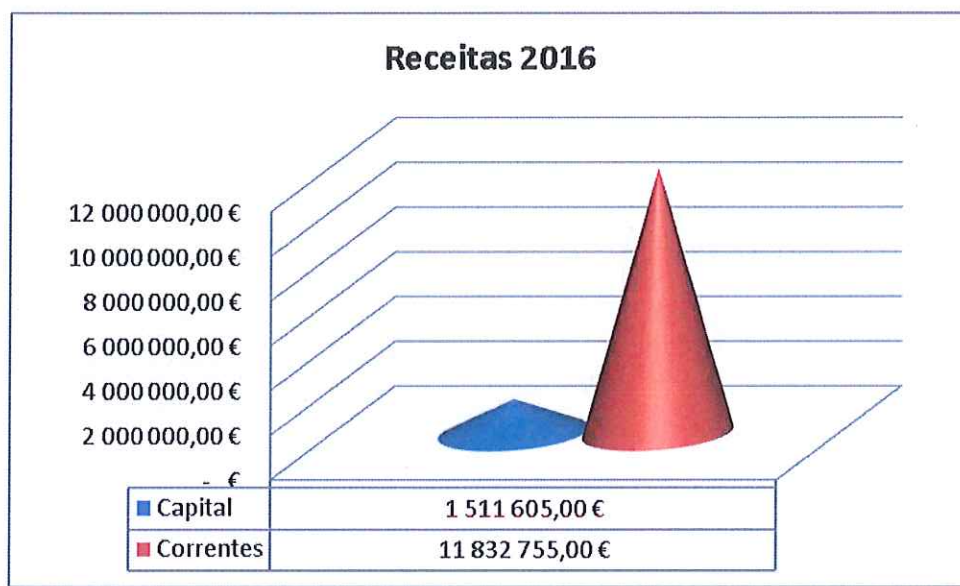


Gráfico 1 – Receitas prevista 2016

2. DESPESA

No que concerne à despesa propõe-se a seguinte distribuição:

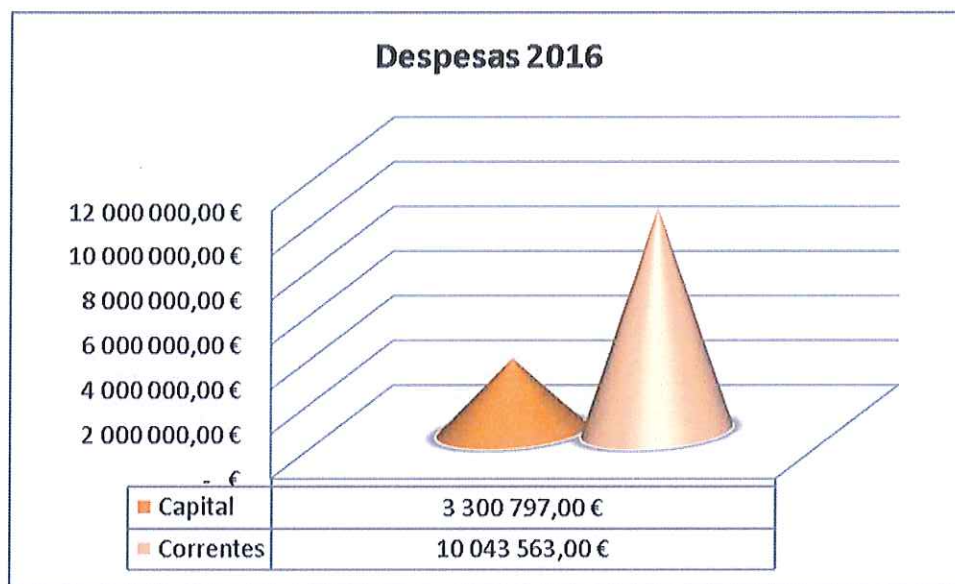


Gráfico 2 – Despesas prevista 2016

2.1. – Despesas Correntes

Total 10.043.563 €

Na dotação global do orçamento previsto para o ano 2016 as despesas correntes representam 75% do total da despesa inscrita.

Na estrutura da despesa corrente ganham particular destaque as despesas com pessoal, a aquisição de serviços, aquisição de bens não duradouros e as transferências correntes, as quais tem a seguinte representação no total da despesa corrente:

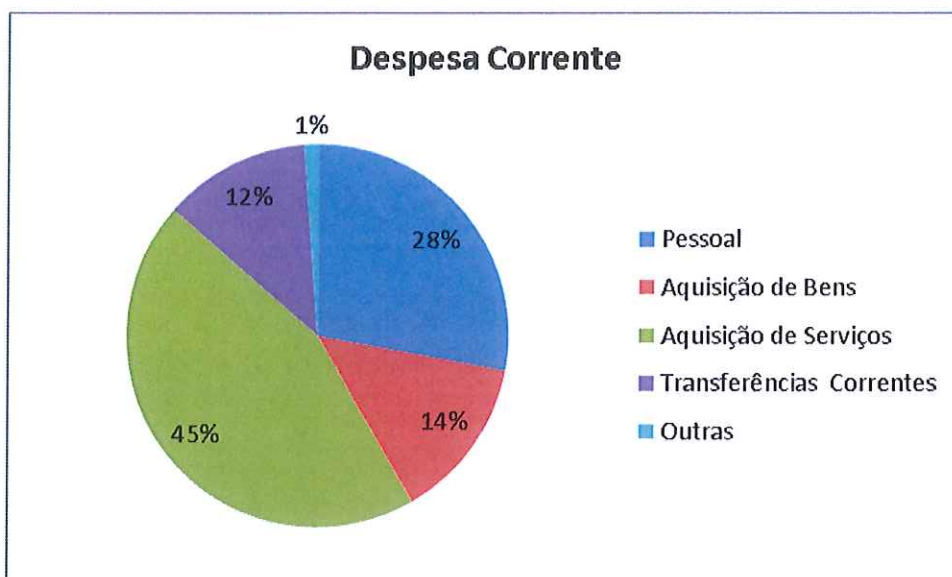


Gráfico 3 – Despesa Corrente

As despesas com pessoal apresentam um decréscimo, de 2%, quando comparadas com o orçamentado em 2015.

Quanto ao valor estimado para 2016 em aquisição de Bens e Serviços, verifica-se um aumento de 2,4%, no cômputo destas despesas face ao ano anterior.

Importa salientar que, 33% do montante previsto de despesas correntes dizem respeito às Actividades Mais Relevantes (AMR). Neste sector das Grandes Opções do Plano, estão previstas despesas no âmbito da manutenção de espaços verdes e urbanos, realização de eventos desportivos e culturais, apoios e incentivos de carácter social, bem como os contratos programa com os clubes, associações do concelho, Empresa Municipal, entre outras.

No âmbito das AMR, verifica-se um aumento cerca de 18% no cômputo do valor das mesmas. Este crésimo deve-se ao facto de haver a intenção de transferir do orçamento geral para as Grandes Opções do Plano alguns projetos como por exemplo a contratação de serviços para recolha de resíduos sólidos urbanos, bem como a inscrição do valor a pagar referente ao Fundo de Apoio Municipal.

2.2. Despesas de Capital

Total **3.300.797 €**

As despesas de capital representam 25% do total do orçamento da Câmara Municipal, e repartem-se da seguinte forma:

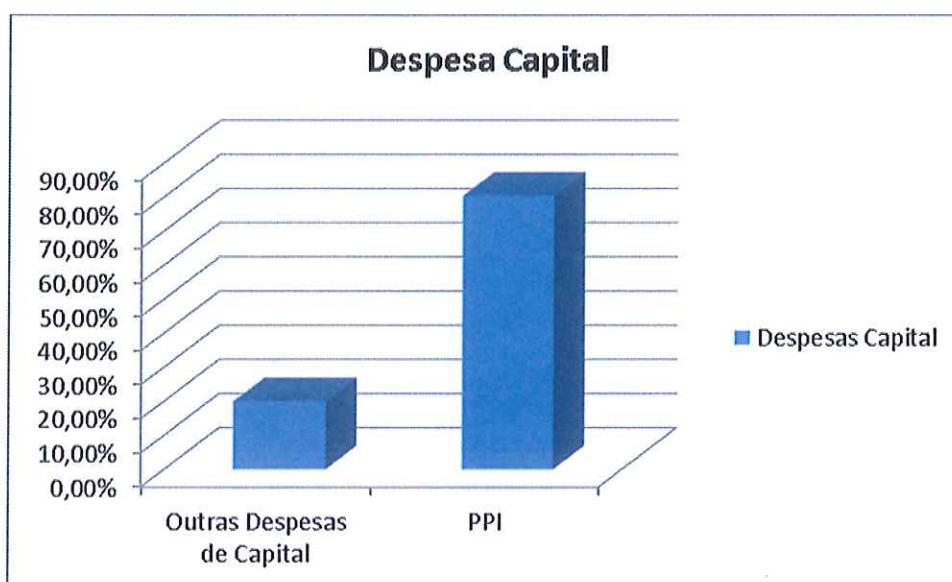


Gráfico 4 – Despesas de Capital

Em termos de investimento, assumem particular relevo, as funções sociais que absorvem 78% do valor do investimento, destacando-se neste âmbito as despesas com Abastecimento de Água, com um valor de 659.251€, que compõe 25% do total do investimento, de onde se realçam as obras de Abastecimento de Água Domiciliário.

Seguem-se em termos de valor absoluto os montantes afetos às funções económicas (533.303€), de onde ressaltam os investimentos previstos no âmbito da Rede Viária do concelho, que ascendem a 253.802 euros orçamentados para o ano de 2016. Neste programa destaca-se a pavimentação de alguns aglomerados como é o caso da Localidade de Junqueira, Rua da Arrancada em Barrocal, bem como a manutenção da rede viária do concelho.

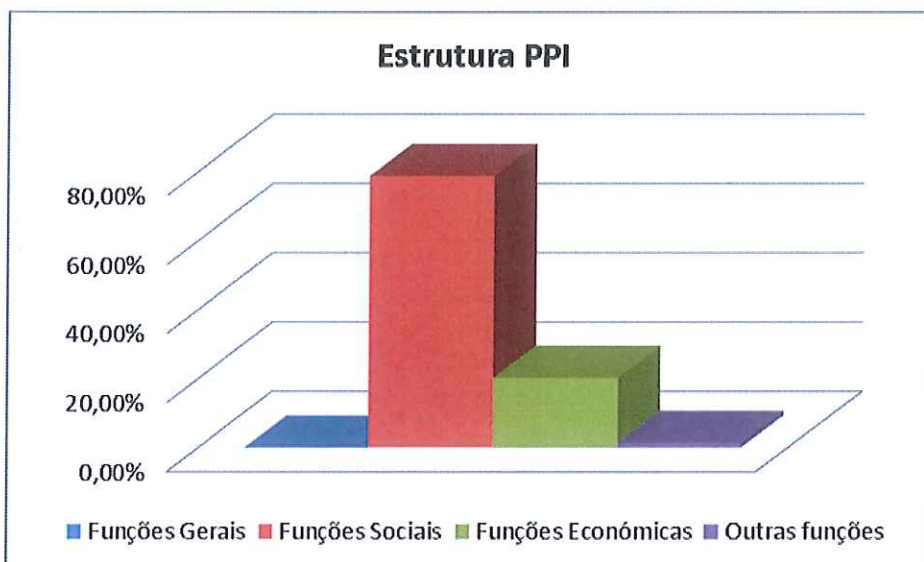


Gráfico 5 – Estrutura do PPI

E em suma, no cômputo geral do Orçamento para 2016, estamos perante uma redução na ordem dos 20%, face ao ano 2015.

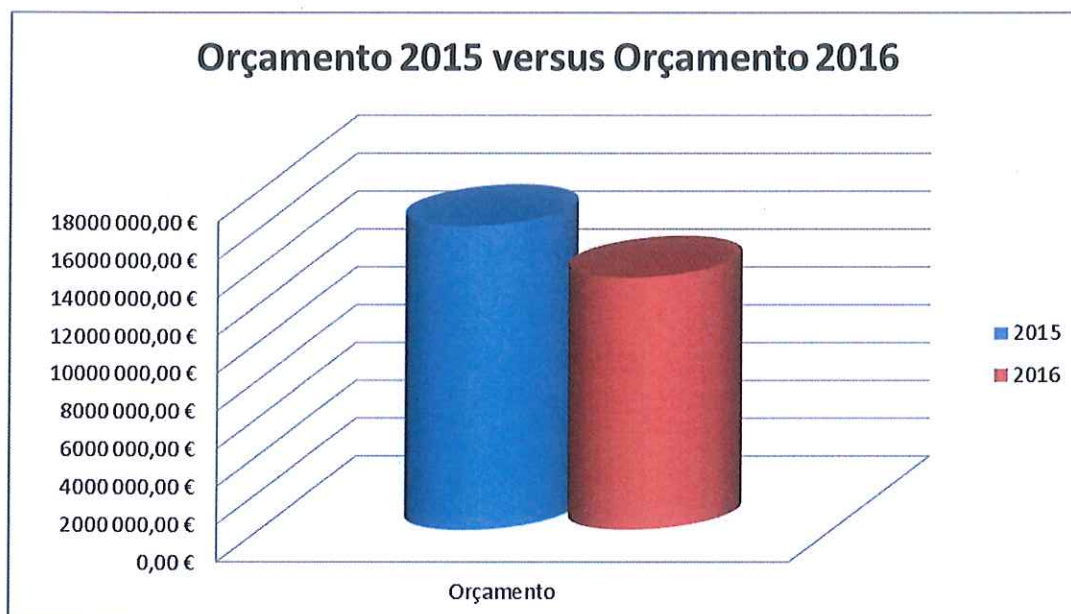


Gráfico 6 – Orçamento de 2015 versus Orçamento de 2016

Castro Marim, 27 de Outubro de 2015,

O Presidente de Câmara,


Dr. Francisco Amaral